

ESTADO CRIATIVO, INOVADOR E TRANSFORMADOR.

**OS SETE CEARÁS INTEGRADOS COMO
PROMOTORES DO DESENVOLVIMENTO.**

— COLIGAÇÃO —

POR UM CEARÁ CADA VEZ MAIS FORTE

PT-PDT-PP-PSB-PR-PTB-DEM-PMB-PPS-PRP

PV-PMN-PPL-PATRIOTA-PRTB-PC DO B

COLIGAÇÃO POR UM CEARÁ CADA VEZ MAIS FORTE

APRESENTAÇÃO

A COLIGAÇÃO POR UM CEARÁ CADA VEZ MAIS FORTE apresenta neste documento as diretrizes gerais que servirão de base para consolidação do PLANO DE GOVERNO - período de 2019 a 2022. É justamente o PLANO DE GOVERNO que irá nortear, de forma responsável e transparente, o desenvolvimento do Ceará nos próximos quatro anos. Daí a importância de diretrizes respaldadas na compreensão dos desafios a serem enfrentados por nosso Estado, e também no desejo de avançar rumo a um futuro que vai exigir de nós, cada vez mais, criatividade, inovação e respeito aos direitos individuais e coletivos.

Desse modo, a coligação POR UM CEARÁ CADA VEZ MAIS FORTE expressa o compromisso com um Ceará cada vez mais dinâmico e veloz, onde o social e o econômico buscam um equilíbrio capaz de proporcionar mais qualidade de vida aos cearenses.

A coligação tem como objetivo primordial investir no desenvolvimento das capacidades dos cearenses para adquirirem capital social, cultural e econômico tornando-os protagonistas de um desenvolvimento sustentável, capaz de reduzir as desigualdades e nos colocar em um patamar diferenciado no que diz respeito à consolidação de bons resultados, seja na educação, na saúde, economia ou segurança.

E é por entender que juntos somos mais fortes que definimos como ponto de partida para a consolidação dessas diretrizes o amplo diálogo em relação às políticas públicas necessárias para que o Ceará continue avançando. Somos, portanto, movidos pelo otimismo e pela certeza de que ainda há muito trabalho a se fazer.

Sabemos, por exemplo, que investir em educação é a melhor forma de transformar as pessoas e a

sociedade. E acreditamos que educação significa mais acesso à ciência, tecnologia e inovação, capazes de criar riqueza (social, cultural e econômica) e também criam o futuro. Um futuro melhor para todos.

Entendemos também a importância de cuidar da infância, momento essencial do desenvolvimento humano. Por isso, investir logo nos primeiros anos de vida é a estratégia consagrada para uma sociedade próspera e civilizada.

Segurança pública é outro grande desafio. Portanto, é preciso trabalhar todos os dias para superá-lo com propostas baseadas no uso intensivo de conhecimento, inteligência e tecnologia, articuladas por um pacto social construído de forma participativa para a redução dos índices de violência.

Outro ponto primordial é a aposta na inovação. Vamos trabalhar de forma a otimizar recursos e investir, cada vez mais, em alternativas capazes de fazer do Estado do Ceará um ambiente propício para o desenvolvimento alinhado ao que as boas práticas mundiais almejam como necessário para crescer e se desenvolver.

A coligação **POR UM CEARÁ CADA VEZ MAIS FORTE** vai trabalhar por oportunidades, por inclusão, por garantias de direitos, pelo cuidado ambiental e pela democracia. Acreditamos que a valorização das pessoas é uma peça chave para conquistar o que tanto desejamos para o Ceará.

Coligação POR UM CEARÁ CADA VEZ MAIS FORTE



CEARÁ - ESTADO CRIATIVO, INOVADOR E TRANSFORMADOR.

**DIRETRIZES
PARA O
PLANO DE
GOVERNO**

DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO

Diretrizes Mestras

1. Promoção de melhorias das condições de vida dos cearenses, estabelecendo como prioridade a qualidade das políticas públicas para educação, saúde, segurança pública e habitação;
2. Proteção à primeira infância com interações entre Estado, famílias e instituições educacionais;
3. Oportunidades para a juventude com geração de emprego e renda em setores criativos e inovadores da economia cearense;
4. Estímulo ao desenvolvimento econômico do Ceará com ênfase em vocações competitivas globais e convivência produtiva com o semiárido, por meio de distritos criativos, inovadores e transformadores;
5. Manutenção do equilíbrio fiscal do Estado e apoio ao equilíbrio fiscal dos municípios;
6. Ampliação da capacidade de investimentos do Ceará, priorizando investimentos públicos produtivos;
7. Inserção de programas que elevem a autoestima da população e de ações solidárias em todas as macrorregiões do Estado;
8. Fomento à infraestrutura de água e esgotamento sanitário, com incentivo ao reúso e energias renováveis;
9. Fortalecimento do 'Estado de Conexões' - dos serviços e do comércio nacional e internacional, das artes, das ciências, das tecnologias e do sistema produtivo global;
10. Estruturação de uma governança participativa;
11. Apoio ao desenvolvimento de cidades resilientes, pacíficas e inclusivas, orientadas pelo desenvolvimento sustentável;
12. Implantação de iniciativas voltadas para a redução das desigualdades sociais e econômicas da população, com ênfase na erradicação da miséria;
13. Implantação de um amplo e permanente programa de capacitação da população para o mercado de trabalho.

DIRETRIZES SETORIAIS

CEARÁ SAUDÁVEL

1. Modernização da infraestrutura da saúde, com o aumento da capacidade de atendimento de forma eficiente, resolutiva e humanizada em as regiões do Estado;
2. Implementação de práticas modernas de gestão de suprimentos da saúde, priorizando a utilização dos recursos para atender as urgências da população, com ênfase no bom acolhimento dos usuários da rede pública;
3. Proposição de mecanismos de sustentabilidade na gestão das unidades de saúde, melhorando a eficiência dos recursos aplicados, promovendo assim uma melhor estruturação e reformulação de parcerias do Sistema de Saúde com municípios e instituições da sociedade civil;
4. Promoção da qualificação e valorização profissional dos profissionais de saúde e gestores públicos, de forma a contribuir para melhorar serviços prestados à população cearense;
5. Avanço ampliação da cobertura de água e esgotamento sanitário, melhorando a qualidade de vida dos cearenses;
6. Implementação de um programa estadual de coleta seletiva para o tratamento e reaproveitamento de resíduos sólidos, com uso de tecnologias para a geração de bioenergia;
7. Ampliação da capacidade de atendimento e proteção animal na Capital e no interior;
8. Incentivo e acesso a programas culturais e esportivos como forma de integração dos jovens e de toda a sociedade;
9. Promoção do esporte para qualidade de vida dos cearenses, com programas integrados de saúde, segurança pública, meio ambiente e educação, por meio de parcerias com setor privado e sociedade civil;
10. Implantação, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, do Distrito Criativo da Saúde – o Viva@Porangabussu.
11. Fortalecimento do Polo de Saúde do Eusébio em parceria com a FIOCRUZ.

CEARÁ SUSTENTÁVEL

1. O desenvolvimento sustentável como instrumento de erradicação da pobreza, promoção da paz e do bem-estar para todos.
2. Melhorias na convivência com o semiárido, por meio de políticas integradas e de uma gestão proativa das secas, orientadas pelo que foi definido no Pacto das Águas e Pacto pela Convivência com o Semiárido.
3. Fortalecimento de setores econômicos que contribuam para a valorização e conservação dos recursos naturais;
4. Inovação voltada para promoção de uma relação harmônica entre meio ambiente e sociedade;
5. Uso sustentável dos recursos naturais como ativos econômicos;
6. Desenvolvimento da economia do mar;
7. Estabelecimento e disseminação de padrões sustentáveis de produção e construção, de maneira a reduzir desequilíbrios ambientais e sociais;
8. Consolidação de cadeias econômicas para ofertas alternativas de água, energia e alimentos e com isso reduzir o desperdício;
9. Intensificação do combate às perdas de água, com melhorias operacionais no fornecimento de água;
10. Expansão da infraestrutura hídrica, energética e de saneamento no ambiente urbano e rural;
11. Fortalecimento do setor de reciclagem e valorização energética de resíduos;
12. Expansão do saneamento integrado com ampliação da coleta seletiva e incentivo à regularização de aterros sanitários, com desativação dos lixões;
13. Incentivo ao cuidado com a água e ao uso responsável nas residências, indústria, comércio e órgãos públicos, com estímulo à economia e ao reúso;
14. Conservação, recuperação e valorização dos ecossistemas e da biodiversidade do Estado, por meio de áreas de proteção ambiental e ações de recomposição do bioma da caatinga;
15. Articulação e integração do conhecimento científico das universidades com a experiência popular, no que diz respeito à conservação e ao aproveitamento e valorização dos recursos naturais;

16. Incentivo contínuo à aprendizagem e capacitação dos cearenses para promoção da qualidade de vida;
17. Atuação para que sejamos uma sociedade pacífica e inclusiva, com foco no desenvolvimento sustentável;
18. Investimentos em ações de gestão de riscos e prevenção de desastres, para evitar ou minimizar a ocorrência de impactos negativos desses incidentes sobre o meio natural e social;
19. Estímulo ao desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos de fontes alternativas de água;
20. Promoção da educação e conscientização da sociedade quanto aos temas da sustentabilidade;
21. Respeito e valorização das características ambientais e culturais de cada região;
22. Desenvolvimento de uma estrutura de governança e gestão da sustentabilidade participativa, com engajamento de comunidades locais em prol do do bem-estar socioeconômico;
23. Alinhamento e integração dos esforços de planejamento do desenvolvimento sustentável nos níveis setorial, municipal, regional, no curto, médio e longo prazos;
24. Implantação de um programa sistêmico de acumulação de água, tendo por base a recuperação de microbacias, o reúso de água e a dessalinização de água do mar.

CEARÁ ACOLHEDOR

1. Garantia de direitos às crianças, sobretudo as de famílias pobres, por meio da expansão e melhoria dos serviços de saúde, educação e assistência social;
2. Melhoria na qualidade da educação fundamental para a aprendizagem na idade certa;
3. Estímulo à permanência dos jovens na escola, por meio da expansão da educação de tempo integral, qualificação profissional e inclusão produtiva;
4. Incentivo à economia circular e à bioconstrução na construção civil de habitações populares para erradicação de habitações precárias;
5. Direcionamento das pesquisas nas universidades estaduais para melhoria das condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade;
6. Ampliação de ações integradas voltadas para a redução de danos, ao prevenir o uso de drogas,

além da recuperação de usuários, conforme orientações do Pacto pela Vida.

7. Apoio aos municípios na implementação de programas especiais para os moradores de rua, com a participação ativa deles;
8. Aperfeiçoamento da qualidade do serviço público prestado e no acolhimento à população em todos os serviços;
9. Acolhimento dos turistas que visitam o Estado, incluindo ações que fortaleçam o combate ao turismo sexual;
10. Melhorias no acolhimento à população idosa, aumentando a disponibilidade de clínicas especializadas, casas de acolhimento e espaços públicos adequados;
11. Consolidação do Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência;
12. Consolidação da política de assistência social, em articulação com as demais políticas públicas e com as instituições da sociedade, para a promoção das políticas de assistência social do Ceará e de seus municípios, de acordo com a política nacional definida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
13. Ampliação dos programas de atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade, como por exemplo, crianças, idosos, índios, moradores de rua, pessoas com deficiência e LGBT, buscando melhorar as relações e as parcerias com o Governo Federal e com organizações não-governamentais;
14. Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Segurança Alimentar (SISAN), instrumentalizando os municípios para a criação e/ou fortalecimento da atuação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar. Isto visando uma maior articulação e colaboração das ações nas esferas federal, estadual e municipal;
15. Avaliação e aprimoramento dos programas sociais de transferência de renda e de combate à pobreza existente no Estado, como o Bolsa Família e o FECOP, visando o aumento da renda de famílias pobres;
16. Ampliação dos serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, violência sexual, abuso, crueldade e opressão;
17. Implantação dos serviços de identificação e localização de pais e/ou responsáveis de crianças, adolescentes e idosos;
18. Aprofundamento das políticas e programas que visam garantir o efetivo exercício do direito à

convivência familiar de crianças e adolescentes;

19. Promoção e campanhas de estímulo ao acolhimento, estimulando a guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, a adoção de crianças maiores, de adolescentes com necessidades específicas de saúde e de grupos de irmãos;

20. Ampliação e articulação das políticas de acolhimento institucional com as políticas básicas de educação, saúde e moradia, visando a proteção integral da criança e do adolescente, enfatizando o atendimento daqueles que precisam de serviços especializados;

21. Desenvolvimento de um amplo programa de medição da satisfação da população com o desempenho das políticas públicas.

O CEARÁ DE OPORTUNIDADES

1. Implantação de um modelo de desenvolvimento baseado na economia do conhecimento, através da concepção, implementação e dinamização da inovação e pesquisa, aplicados às vocações econômicas locais para a promoção do desenvolvimento e da inovação econômica, social e urbana;

2. Apoio a implantação e desenvolvimento de iniciativas que visem a redução de desigualdades sociais e econômicas da população, especialmente, por meio do incentivo a negócios de impacto social;

3. Promoção da atração de negócios internacionais, ampliando as áreas alfandegárias, conexões marítimas e aéreas, fortalecendo o posicionamento do Ceará como principal Hub logístico do Nordeste. Isto visando a internacionalização das empresas para ampliar a participação da economia cearense no comércio exterior.

4. Incentivo a melhorias do ambiente de negócios, criando ações conjuntas entre o setor produtivo, órgãos da administração pública, terceiro setor e academia, para alinhamento de informações e tomadas de decisões para o crescimento da economia do Estado;

5. Estímulo a ações para o desenvolvimento do empreendedorismo e da economia criativa, por meio da modernização dos mecanismos legais e incentivos aos negócios (crédito, incentivo fiscal, etc.), fortalecendo a cadeia de valor do empreendedorismo, inovação e tecnologia no Ceará;

6. Ampliação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da indústria do turismo, a partir da capacitação do trade e da oferta de equipamentos para lazer e para negócios;

7. Promoção de ações de incentivo à agricultura familiar, com foco nas pequenas e microempresas;

8. Promoção de incentivo às indústrias do agronegócio, de forma a garantir o equilíbrio da produção no Estado.

9. Incentivo ao desenvolvimento do comércio e atraindo centros de distribuição de mercadorias de grandes empresas comerciais e indústrias produtoras de bens de consumo;
10. Incentivo a oferta de serviços de tecnologia da informação, callcenters, segurança, eventos, startups e etc., visando maior aproveitamento do Cinturão Digital e cabos de fibra óptica;
11. Apoio ao desenvolvimento de setores estratégicos, com destaque para tecnologia e com capacidade de inserção em mercados globais;
12. Apoio técnico e financeiro aos negócios inovadores, em diversas modalidades, planos, programas e projetos de caráter associativo, setorial e de ganhos coletivos, por meio de assessoria e facilitação no acesso ao crédito, através de parcerias com instituições técnicas, acadêmicas e financeiras;
13. Aprimoramento do sistema de infraestrutura de saneamento, habitação, recursos hídricos, energéticos, mobilidade urbana e integração das rotas turísticas e dos principais modais de transportes para promover o desenvolvimento econômico e social;
14. Estímulo à produção da agricultura familiar, com uso inteligente dos recursos hídricos, bem como agroindustrial de culturas de alto valor agregado para atender o mercado interno e externo em projetos nas áreas irrigadas e áreas de sequeiro;
15. Ampliação, diversificação e desconcentração dos parques fabris cearenses, incentivando a interiorização das indústrias;
16. Incentivo a implantação dos polos industriais aeroespaciais, de saúde, biotecnologias e energéticas;
17. Promoção da interação permanente com prefeituras, federações e instituições setoriais para o avanço de programas de interesse do Estado;
18. Adensamento dos Arranjos Produtivos Locais mais competitivos, integrando-os com os grandes investimentos;
19. Aprofundamento das políticas e ações estaduais voltadas à expansão de oferta de mão de obra qualificada com formação técnica para todos os setores econômicos;
20. Ampliação e fortalecimento de políticas públicas para micro, pequenas e médias indústrias, favorecendo seu desenvolvimento e competitividade.
21. Fortalecimento do Complexo Industrial e Portuário do Pécem (CIPP) e incentivo ao crescimento do parque industrial do Ceará.

CEARÁ DEMOCRÁTICO

1. Capacidade de elevar o nível de eficiência do investimento público;
2. Avanço na articulação entre Planejamento-Orçamento-Execução de forma consistente e eficaz;
3. Aperfeiçoamento de mecanismos de controle social do gasto público;
4. Implementação de uma metodologia de análise e seleção para uma carteira dos projetos de investimento;
5. Implementação de um programa democrático e participativo de investimentos públicos;
6. Implementação e normatização do uso da Avaliação Ex-ante para seleção de programas sociais e políticas públicas em geral;
7. Implementação de um Sistema de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e de Investimentos, com transparência e de forma acessível aos cidadãos;
8. Promoção da consciência cidadã e da ética para a convivência interpessoal;
9. Continuidade de políticas de apoio ao desenvolvimento econômico, combatendo as desigualdades sociais e promovendo iniciativas em favor da erradicação da pobreza;
10. Diálogo permanente com os movimentos sociais, sindicatos e minorias;
11. Compromisso com o progresso tecnológico, a inovação e a criatividade;
12. Transparência, informação e comunicação sobre as iniciativas governamentais e suas respectivas avaliações e resultados;
13. Descentralização das decisões políticas, com articulação das macrorregiões, municípios e comunidades locais;
14. Respeito à diversidade étnica e cultural, com incentivo às manifestações culturais, com a elaboração de um planejamento territorial.
15. Participação popular da sociedade organizada nas decisões orçamentárias e de planejamento, assegurando e estimulando o debate e participação das comunidades nos projetos de interesse local;
16. Valorização do conhecimento e dos saberes gerados nas universidades para melhorias em

gestão e nas políticas públicas;

17. Fortalecimento dos canais de escuta cidadã e ouvidorias e dos órgãos de controle interno, procuradoria e controladoria, normatizando a vinculação obrigatória de emendas ao orçamento com projetos presentes no Banco de Projetos;

18. Fortalecimento dos mecanismos de autonomia, independência e harmonia entre os poderes executivo, legislativo e judiciário;

19. Incentivo permanente ao intercâmbio com grupos nacionais e estrangeiros visando o desenvolvimento econômico e social.

CEARÁ DO CONHECIMENTO

1. Melhorias na educação, em todos seus níveis, para a promoção da equidade social e o respeito às diversidades (comunidades indígenas, quilombolas, educação do campo etc.), estimulando a cidadania, o empreendedorismo, a inovação e a sustentabilidade, de forma integrada com os municípios e sociedade civil;

2. Garantia do acesso à cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o Estado um instrumento para efetivação desses direitos;

3. Promoção de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de criação, produção, difusão, comercialização, fruição e consumo cultural, fazendo equilibrar oferta e demanda de bens e serviços culturais e apoiando a implantação de infraestrutura que garanta essas dinâmicas culturais;

4. Universalização do acesso à cultura e aos meios de criação, produção e consumo;

5. Proteção e promoção da diversidade cultural, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e dos valores culturais de cada região do Estado;

6. Fomento à integração e ao compartilhamento da gestão cultural entre as instituições públicas, privadas e terceiro setor, e entre territórios locais, nacionais e globais, buscando a valorização do patrimônio cultural e o atendimento às demandas sociais;

7. Promoção de cuidados à saúde física, afetivo-emocional e social dos estudantes, professores e suas famílias como promotor da qualidade do ensino e aprendizagem;

8. Adequação do arcabouço regulatório para os incentivos à ciência, tecnologia, inovação e cultura, buscando fortalecer o ambiente de negócios;

9. Fortalecimento e ampliação da infraestrutura da economia do conhecimento, da pesquisa científica, inovação e cultura;
10. Estímulo à formação de recursos humanos qualificados e de lideranças acadêmicas e empreendedoras;
11. Valorização dos profissionais da economia do conhecimento, através de programas de capacitação e reconhecimento meritocrático;
12. Incentivos à ciência, promovendo a valorização e a disseminação da cultura da inovação;
13. Ampliação do acesso a esporte e lazer para a juventude;
14. Promoção do acesso ao conhecimento para crianças e adolescente como ferramenta de atenção aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CEARÁ PACÍFICO

1. Desenvolvimento de um Serviço de Inteligência de Segurança Pública Unificado, com atuação no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil e Polícia Militar;
2. Avanços no fortalecimento institucional dos órgãos de Segurança Pública;
3. Valorização e ampliação da polícia investigativa e dos sistemas de inteligência em segurança pública;
4. Priorização das ações de combate ao crime organizado em território estadual;
5. Formação de policiamento de orientação em favor da vida e incentivo ao esclarecimento de crimes de homicídio;
6. Apoio e fortalecimento aos Conselhos Comunitários de Segurança Cidadã;
7. Fortalecimento da gestão de recursos humanos, tecnológicos, de dados e administrativos do sistema de segurança pública;
8. Ampliação da capacidade técnica e estrutural de investigação para que possamos esclarecer homicídios e atuar no combate às facções criminosas;
9. Identificação das zonas de convergência para violência e criminalidade no Estado;

10. Aperfeiçoamento de indicadores para mensurar a eficácia e a efetividade do poder de polícia no Estado de forma desagregada por zonas ou mesorregiões;
11. Formação de policiais militares e civis de alta performance para atuar de forma estratégica no combate ao crime organizado, em especial ao tráfico de drogas e às facções criminosas;
12. Aproximação das instituições de segurança pública com a academia, por meio de parcerias para elaboração de núcleos de inteligência;
13. Desenvolvimento e fortalecimento de políticas de combate ao racismo, feminicídio e lgbtfobia;
14. Aperfeiçoamento do programa 'Em Defesa da Vida' e fortalecimento do Sistema de Avaliação por Resultados;
15. Fortalecimento do sistema de colaboração com o Governo Federal, governos municipais, entidades estatais e civis que possam firmar compromisso com o Estado para a colaboração mútua no combate à criminalidade;
16. Interação entre as agências de inteligência nos níveis federal e estadual;
17. Estabelecimento de ações que visem primordialmente a proteção à vida, com foco na melhoria da vida da sociedade;
18. Acompanhamento de Indicadores de Performance Institucional com exposição dos resultados à sociedade, com objetividade e transparência;
19. Garantia da continuidade da política de ampliação dos quadros dos profissionais do sistema de segurança pública, penitenciário e defensores públicos;
20. Fortalecimento do combate ao crime em áreas rurais;
21. Adoção de procedimentos operacionais integrados, padronizando a atuação das Forças de Segurança do Estado em conjunto às Operações Integradas de Segurança;
22. Desenvolvimento de um modelo de gestão do sistema prisional com foco na ressocialização, respeito aos direitos humanos e inserção no mercado de trabalho;
23. Ampliação dos sistemas de videomonitoramento do Estado e integração com os sistemas da administração pública e de instituições privadas;
24. Transparência dos indicadores da performance policial e na comunicação dos dados relacionados à criminalidade e violência;

25. Tratamento prioritário nas áreas de perícias criminais com o objetivo de fortalecer o conhecimento e a inteligência, aperfeiçoando o trabalho técnico na redução da criminalidade;
26. Aprimoramento da integração entre as forças de segurança pública, Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública;
27. Fortalecimento, por meio do Pacto por um Ceará Pacífico, da articulação entre Governo Federal, Estado e municípios para implementação de políticas de prevenção em territórios vulneráveis ao crime e à violência;
28. Modernização da política de controle de armas de fogo e munição em todo território estadual.

**COLIGAÇÃO
POR UM CEARÁ
CADA VEZ
MAIS FORTE**